

Notas sobre a filosofia da linguagem Stuart Mill

Lúcio Lourenço Prado

Como citar: PRADO, L. L. Notas sobre a filosofia da linguagem Stuart Mill. In: GONZÁLES, M. E. Q. ; BROENS, M. C. ; MARTINS, C. A.(org.). **Informação, Conhecimento e Ação Ética**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p.137-152.
DOI:<https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-344-1.p.137-152>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

NOTAS SOBRE A FILOSOFIA DA LINGUAGEM DE STUART MILL

Lúcio Lourenço Prado

INTRODUÇÃO

A figura de John Stuart Mill se apresenta para a história da filosofia, em muitos aspectos, de forma um tanto paradoxal e surpreendente. Pensador multifacetado, escreveu sobre lógica, epistemologia, metafísica, política, economia; sempre com um rigor conceitual extremado, no qual todos os aspectos de suas investigações buscam entrelaçar-se num nexó sistemático dos mais bem arquitetados, digno dos mais ilustres baluartes da metafísica tradicional. Ao mesmo tempo, um empirista dos mais radicais e um naturalista vigoroso. Mas, ao contrário dos empiristas britânicos modernos, seus predecessores, nutriu grande respeito pela lógica formal, além de ter fornecido, em seu *System of logic*, elementos teóricos preciosos para a superação do nominalismo psicologizante tão difundido na escola à qual pertencem Hobbes, Locke e Hume. Por um lado, Mill se apresenta

para a história da filosofia, ao menos no que diz respeito à sua lógica, como um pensador anacrônico, representante de posturas ultrapassadas já para os problemas de seu tempo. Sua lógica acabou por ser enquadrada, por toda uma tradição interpretativa, no âmbito de algo que foi definitivamente superado pela novidade representada, sobretudo, pelo pensamento de Frege. Mas, por outro, foi responsável por teses decisivas para a revolução linguística ocorrida na filosofia do século XIX, em parte operada pelo próprio Frege. Fatos como esses demonstram que a figura de Stuart Mill possui um papel peculiaríssimo na história da filosofia, principalmente no que tange às origens daquilo que se acostumou chamar de filosofia contemporânea.

Mill, como praticamente todos os pensadores da história que, de alguma maneira, operaram ou contribuíram decisivamente para transformações significativas nos rumos da evolução filosófica, ou mesmo que simplesmente viveram e trabalharam durante esses períodos de transição, tem, por assim dizer, cada pé numa tradição diferente. Por um lado, é o ponto de culminação de um processo histórico-filosófico que se inicia com Ockan, passando por Bacon, Hobbes, Locke, Hume, Berkeley; por outro, encontra-se em posição privilegiada no que tange à superação do que ainda restava da filosofia moderna no pensamento do século XIX. Num certo sentido, no que diz respeito à sua lógica, Mill passou ao mesmo tempo pelo inconveniente e privilegiado papel histórico de estar demasiadamente comprometido com o passado para extrair todas as consequências significativas e importantes de seus *insights*. Quando se analisam as coisas, a partir do ponto de vista privilegiado que a história é capaz de fornecer, pode-se perceber que o comprometimento inevitável que se tem com o universo teórico no qual se está inserido acaba, muitas vezes, por impossibilitar ao pensador transcender de forma definitiva esse mesmo universo, mesmo na posse de todos os elementos necessários para tal. E, pior do que isso, a falta de um aparato teórico adequado capaz de levar adiante o desenvolvimento de teorias, por assim dizer, inovadoras, acaba por cegar esses mesmos pensadores, na medida em que não conseguem enxergar determinadas consequências de suas teses que, para as gerações posteriores, parecem claras e inevitáveis. Essas considerações estão sendo feitas para salientar que, muitas vezes, teses millianas absolutamente originais e decisivas para os desenvolvimentos futuros,

tanto da lógica quanto da filosofia da linguagem, são expressas por meio de um vocabulário empoeirado, proveniente de uma tradição que está a um passo de ser superada definitivamente. Mais importante ainda: Mill, inúmeras vezes, faz afirmações explícitas sobre determinados temas que, ao analisarmos o conjunto de suas teses e extrairmos delas suas consequências necessárias, vemos que são incompatíveis com a organicidade de seu próprio sistema. Um exemplo disso é sua relação com o psicologismo: Mill afirma claramente, mais de uma vez, que a lógica é uma parte da psicologia; no entanto, suas teses semânticas e seu próprio conceito de lógica, enquanto relacionada à justificação de verdades inferidas e não com descrição de processos subjetivos, demonstram claramente que ele está estabelecendo os alicerces a partir dos quais será edificada boa parte dos esforços antipsicologistas de Frege. Ora, Mill disse isso porque isso era o normal e corrente entre os seus. De forma semelhante, a teoria milliana da *conotação*, que traz consigo novidades significativas para o estabelecimento das bases em que se edificou a virada semântica na filosofia do século XIX, é constituída e apresentada dentro de um contexto proposicional aristotélico, o que pode camuflar, graças a uma aparente constituição sintática ingênua e ultrapassada, seu verdadeiro alcance e as consequências que suscitou. O que se tem, em realidade, é uma semântica e um conceito de lógica requintados e progressistas a serviço de uma sintaxe aristotélica velha e agonizante, e de um empirismo que de tão radical soa, até, inconsequente. Será buscando enfatizar essas características da lógica milliana que a apresentaremos, em alguns de seus aspectos, nas páginas seguintes.

LÓGICA E CONHECIMENTO

Pergunta: por que Mill, sendo um empirista radical, deu tanto valor à Lógica, a ponto de escrever um grande tratado sobre ela? Não é a lógica a “ciência” das leis formais do pensamento puro? Não é ela a maior expressão de um tipo de saber eminentemente racional, baseado em princípios universais, e, por isso mesmo, absolutamente *a priori*? O que justificaria tal interesse?

A resposta a essas indagações não pode receber um tratamento simples, pois Mill delega à Lógica um estatuto absolutamente coerente

com seus supostos epistemológicos mais gerais. Para compreendermos o que Mill entende por Lógica é necessário, primeiramente, ter em mente o que ele entende por conhecimento e, mais especificamente, que tipo de conhecimento postula como possível.

De acordo com Mill, todo conhecimento deve, em última análise, ser reduzido a duas formas básicas: ou o conhecimento é *intuitivo* ou é *inferido*¹ (MILL, 1886). Conhecimento intuitivo é aquele que obtemos por meio do testemunho direto dos sentidos; conhecimento inferido é aquele derivado, que se obtém por meio de inferências, tomando conhecimentos já adquiridos como premissas. Eu sei direta e imediatamente que sinto uma dor, ou que estou na frente do computador, e sobre isso não pode restar dúvidas, pois tenho em favor dessas verdades o testemunho direto de meus sentidos. Há, no entanto, uma série de conhecimentos que eu certamente possuo, mas somente de forma indireta, pois não me foram disponibilizados a partir do mesmo processo cognitivo; por exemplo: não vi nem presenciei a chegada de Cabral ao Brasil em 1500, mas sei, por meio de uma série de indícios que me são disponibilizados, em última análise, intuitivamente, que esse fato é verdadeiro. Sou, portanto, capaz de inferir a verdade de um fato mesmo sem tê-lo presenciado.

Como podemos notar, Mill tem uma visão muito ampla acerca do que são inferências: todos os conhecimentos que somos capazes de obter, desde que não estejam disponíveis diretamente aos sentidos, são inferidos; e todos os tipos de inferência que somos capazes de realizar (que nos possibilitam a maior parte de nossos conhecimentos) nos fornecerão, portanto, conhecimentos derivados. Certamente, para que haja conhecimentos derivados obtidos por meio de inferência é necessário que outros conhecimentos intuitivos prévios sejam considerados. Somente por meio da intuição – entenda-se, pela faculdade que nos proporciona o acesso direto ao mundo exterior, possibilitando, assim, um conhecimento eminente empírico – é possível a passagem do não-conhecimento ao conhecimento de alguma espécie, fundamental para a edificação de qualquer forma de saber. Ou seja, somente é possível haver qualquer

¹ “Truths are known to us in two ways: some are known directly, and of themselves; some through the medium of the others truths. The former are subject of intuition, or Consciousness; the latter, of inference. The truths known by intuition are original premisses from which all others are inferred” (MILL, 1886, p. 3).

conhecimento derivado obtido por inferência se, antes de tudo, a cadeia de raciocínios partir de alguma ou algumas premissas empíricas.

A consequência dessa teoria será bastante controvertida. De acordo com esse ponto de vista, Mill rejeita que as proposições universais, aquelas que servem de premissas para os raciocínios dedutivos, sejam disponibilizadas de forma imediata e intuitiva. Ao invés disso, as proposições universais fazem parte daquela porção de nosso conhecimento dita derivada. Isso, porque a experiência empírica fornece um tipo de conhecimento meramente singular, expresso por meio de proposições particulares. Somente por meio da indução – raciocínio a partir do qual premissas particulares impõem conclusões universais – as premissas dos raciocínios indutivos podem ser dadas. Segue-se disso, que todo raciocínio dedutivo pressupõe, necessariamente, raciocínio ou raciocínios indutivos preliminares, capazes de fornecer as premissas da dedução. O principal e mais problemático resultado desta teoria é a tese, no mínimo estranha, de que as chamadas “ciências dedutivas”, sobretudo a matemática e a própria lógica, são *a posteriori*, possuem uma origem empírica. Esta será a principal divergência de Frege com relação às teses do *System of logic*: tanto o que diz Mill sobre o estatuto epistemológico das “leis” da lógica, quanto sobre o estatuto da própria indução, serão atacados por Frege nos *Grundlagen der Arithmetik*.

Colocadas as coisas desta maneira, Mill pôde estabelecer um lugar privilegiado para a Lógica no espectro do conhecimento humano sem, com isso, contradizer seus pressupostos epistemológicos e metafísicos mais fundamentais. A Lógica deve, pois, tratar somente daquele tipo de conhecimento dito derivado, inferido, não tendo nenhum poder e não exercendo papel algum no processo de aquisição primitiva de conhecimento por meio do testemunho dos sentidos² (MILL, 1886). É nesse sentido que Mill define a Lógica como ciência da prova³ (MILL, 1886). Ela não pode fornecer os indícios, as premissas, os fundamentos objetivos a partir dos quais

² “The province of logic must be restricted to that portion of our knowledge which consists of inferences from truths previously knowns” (MILL, 1886, p. 5).

³ “Logic is not the science of Belief, but the science of Proof, or Evidence. In so far as belief professes to be founded on proof, the office of logic is to supply a test for ascertaining whether or not the belief is well grounded” ou: “Logic, however, is not a same thing with knowledge, though the field of logic is coextensive with the field of knowledge. Logic is the common judge and arbiter of all particular investigation. It does not undertake to find evidence, but to determine whether it has been found. Logic neither observes, nor invents, nor discovers; but judges” (MILL, 1886, p. 5).

uma verdade pode ser inferida; mas, uma vez de posse dessas premissas, ela deve decidir se as verdades delas extraídas o foram de forma correta.

Certamente, como acabamos de mencionar, esse ponto de vista o obriga, necessariamente, a considerar a Lógica como sendo algo muito mais abrangente do que a maioria dos autores. A Lógica deve ser entendida como ciência (e arte também, como veremos a seguir) do raciocínio e da inferência. No entanto, por raciocínio deve-se entender não somente as inferências dedutivas, mas também a indução⁴ (MILL, 1886). Não é por acaso que a grande obra milliana se propõe a ser um sistema de lógica *indutiva e dedutiva*.

Vale salientar, com relação ao conceito milliano de lógica e à teoria epistemológica que o supõe, um fato extremamente importante: Mill aceita, ao contrário da tradição empirista inglesa como um todo e de Locke⁵ especificamente, a possibilidade de termos acesso direto e imediato a *verdades*, e não meramente a *idéias*. Para Locke, tudo o que obtemos imediatamente por meio da experiência sensível são ideias simples; e todas as demais manifestações intelectuais humanas, como a atribuição de verdades, por exemplo, já se dão de forma mediata. A verdade, para Locke, nunca se refere às coisas mesmas do mundo, mas somente às nossas ideias.

Ora, qual a importância disso para a lógica e para a semântica? O fato de que em Mill, que considera que a verdade somente pode se dar no nível proposicional, já se pode identificar um nível proposicional prioritário e imediato. Escreve ele: “O que chamamos, por um cômodo abuso de um termo abstrato, uma verdade, significa simplesmente uma proposição verdadeira, e os erros são proposições falsas” (MILL, 1886, p. 2)⁶.

Ora, se extrairmos disto suas últimas consequências, somos levados a crer que Mill postula a anterioridade da proposição em relação

⁴ “Logic, then, comprises the science of reasoning [...]. But the word reasoning, again, like most other scientific terms in popular use, abounds in ambiguities. In one of this acceptations, it means syllogizing; or, the mode of inference which may be called (with sufficient accuracy for the present purpose) concluding from generals to particulars. In another of its senses, the reason is simply to infer any assertion, from assertions admitted: and in this sense induction is as much entitled to be called reasoning as the demonstrations of geometry” (MILL, 1886, p. 5).

⁵ De acordo com Locke, a experiência empírica é somente capaz de produzir ideias nos sujeitos; ideias que são, em princípios, simples. Somente um ‘trabalho do espírito’ é capaz de produzir ideias complexas e de unir ideias num conteúdo proposicional – que, para Locke é uma entidade psicológica.

⁶ “What, by a convenient misapplication of an abstract term, we call a Truth, means simply a True Proposition; and errors are false proposition” (MILL, 1886 p. 12).

aos seus elementos constitutivos, coisa que só foi explícita e definitivamente estabelecida na história da filosofia pelo princípio fregeano do contexto. Se a verdade nada mais é do que uma proposição verdadeira, e se a experiência imediata pode nos fornecer verdades, claro está que já se deveria poder falar num sentido proposicional primário e imediato em Mill. A crença numa verdade supõe um conteúdo objetivo prévio como seu objeto. Portanto, se é possível termos acesso direto e imediato a verdades, isso somente pode ser compreendido da seguinte forma: temos acesso imediato ao conteúdo objetivo crido como verdadeiro.

A diferença com relação às verdades inferidas está no fato de que, nessas, a crença dependerá de provas e se estabelecerá a partir delas. Já nas verdades intuitivas, o testemunho direto dos sentidos elimina a necessidade de provas e, portanto, de argumentos. Por isso, não há lógica para as verdades intuitivas⁷ (MILL, 1886). Mas, ainda assim, elas são *verdades* e se dão imediatamente aos sentidos. Talvez tão ou mais importante do que Mill ter, digamos assim, delegado um caráter realista à verdade, que não se refere mais às ideias, como em Locke, mas ao mundo real, foi ele ter, ao menos indiretamente, postulado a possibilidade de termos acesso direto a um sentido proposicional originário. Porém, Mill parece confuso; não tem muita clareza acerca das consequências de seu *insight*. Isto porque é claramente contraditória a assunção de que temos acesso direta e intuitivamente a verdades, sem necessidade de nenhum tipo de mediação (seja por parte de processos subjetivos ou de elementos de ordem puramente semântica, nos quais o sentido proposicional se estabeleça), conjugada a uma sintaxe proposicional aristotélica. Se a proposição, como reza a cartilha aristotélica, relaciona ou articula dois termos e se institui como um símbolo complexo, e se a verdade somente pode ser estabelecida no nível proposicional, então não deve ser permitido o acesso intuitivo e imediato a nenhum tipo de verdade, dada a relação intrínseca entre verdade e proposição. E, como vimos, Mill aceita essa possibilidade. Há, portanto, aqui, uma flagrante contradição sistemática: numa sintaxe proposicional aristotélica, a proposição é necessariamente algo complexo e mediato; é o

⁷“Whatever is known to us by consciousness is known beyond possibility of question. What one sees or feels, whether bodily or mentally, one cannot but be sure that one sees or feels. No science is required for the purpose of establishing such truths; no rules of art can render our knowledge of them more certain than is in itself. There is no logic for this portion of our knowledge” (MILL, 1886, p. 4).

resultado da articulação de duas “entidades” que se incluem ou excluem uma à outra a partir da “função sintetizante” da cópula. Essa complexidade elementar do sentido proposicional, conjugado ao fato de ser a verdade atribuída exclusivamente a conteúdos proposicionais, é incompatível com a tese de que temos acesso intuitivo a *verdades* empíricas.

Esta situação é, porém, compreensível e se relaciona a algo que falamos há pouco: Mill está trabalhando num momento de transição nos rumos da filosofia e tem, por isso, cada pé numa tradição diferente. É, pois, natural que algumas de suas boas ideias não encontrassem respaldo no universo teórico no qual transitava. Existem exemplos variados na história do pensamento em que ocorreram situações semelhantes. Para lembrarmos um: tal como faltou a Galileu uma mecânica mais elaborada, capaz de dar conta de seus *insights* físicos e astronômicos – o que só foi realizado com Newton⁸ – também Mill, não teve à sua disposição uma lógica e uma sintaxe proposicional mais elaboradas, capazes de acomodar algumas de suas melhores ideias. No entanto, como já mencionado, uma das principais hipóteses que norteia o presente trabalho repousa justamente na constatação de que a novidade representada por várias teses millianas é absolutamente incompatível com os ditames de sua tradição; entre eles, a estrutura *sujeito/predicado*. Certamente, o mérito de ter superado a velha estrutura proposicional é exclusivamente de Frege. Frege notou não só a insuficiência sintática daquele modelo, mas, além disso - e principalmente - teve o mérito de priorizar a unidade do sentido proposicional com relação a suas partes. Mill não chegou tão longe, mas enxergou, certamente, uma coisa muito nova, que, utilizada e referida num contexto conceitual menos anacrônico, pôde render alguns bons frutos.

⁸ Como sabemos, quando Galileu propôs sua teoria geocêntrica, havia pouco o que se dizer ao seu favor, em virtude dessa teoria ser contraditória com relação a muitos dos princípios estabelecidos pela física aristotélica. Como reagir, por exemplo, ao argumento de que não pode ser possível a terra mover-se sem que as coisas que estejam em sua superfície sejam lançadas para fora dela? Ou contra aqueles que pretendiam negar tal movimento alegando que, se assim o fosse, uma pedra jogada do alto de uma torre não deveria cair ao seu pé, como ocorre de fato? Foi necessária a elaboração de uma mecânica na qual figurasse conceitos como o princípio da inércia ou a gravitação universal para que as ideias corretas de Galileu fossem estabelecidas como corretas. Acredito que algo muito semelhante tenha acontecido com Mill. Nossa analogia busca simplesmente mostrar que, muitas vezes, boas ideias não encontram um solo fértil para florescer em virtude de toda uma mentalidade conceitual vigente no período em que é proposta. E que somente à luz dos desenvolvimentos que se seguem, podemos, mais tarde, identificar seu real valor.

ARTE E CIÊNCIA DO RACIOCÍNIO

Ao estabelecer o que entende por Lógica, Mill aponta para uma dupla característica que ela possui: é, ao mesmo tempo, *ciência* e *arte* do raciocínio:

[...] ele (o Arcebispo de Whately) definiu a Lógica como ciência, mas também arte do raciocínio, entendendo pelo primeiro desses termos a análise da operação mental realizada quando raciocinamos, e pelo segundo as regras fundadas sobre essa análise para executar corretamente a operação. Não há dúvidas com relação à propriedade dessa retificação. [...] a lógica, portanto, é ao mesmo tempo a arte e a ciência do raciocínio. (MILL, 1886, p. 2.)⁹.

É apresentada aqui uma distinção fina que deve ser obedecida quando se investiga o raciocínio lógico: explicações causais acerca do ato do raciocínio em oposição àquilo que justifica a correção do raciocínio. E isso se manifesta nas duas características da Lógica apontadas acima. Enquanto *ciência*, a lógica deve descrever os processos psíquicos e ocorrências mentais que têm lugar quando raciocinamos efetivamente. Enquanto *arte*, ela deve servir como instrumento balizador e normativo para a realização de inferências válidas. No primeiro caso, a lógica deve descrever processos psicológicos (e nesse sentido, Mill pode – ao menos em princípio, pois veremos que a coisa não é bem assim – ser chamado de psicologista), no segundo, deve constituir-se num conjunto de esquemas e abreviações destinado a possibilitar o raciocínio correto; e, portanto, já que a lógica cuida daquela espécie de conhecimento dita derivada, deve estar suposta na aquisição da maior parte dos conhecimentos que estamos aptos a possuir. A lógica, pois, deve possuir uma parte *descritiva* e outra *normativa*. Uma lógica que se pretende descritiva é, certamente, uma lógica que aproxima do modelo psicologista: se ela busca “descrever”, isso somente pode ser entendido como “descrever processos mentais, psicológicos”, e nesse sentido a lógica seria algo como uma *psicologia das inferências*. Já uma lógica que se reivindica normativa, pode certamente possuir um outro

⁹ “... he (Archishop Whately) has defined Logic to be the Science, as well as the Art, of reasoning; meaning by the former term, the analysis of the mental process which takes place whenever we reason, and by latter, the rules, grounded on the analysis, for conducting the process correctly. [...] Logic, then, comprises the science of reasoning, as well as an art, founded on that science” (MILL, 1886, p. 1).

estatuto, pois não estará submetida à descrição de ocorrências atuais, e trabalhará sempre tendo em visto um critério veritativo e, por isso mesmo, genuinamente lógico. Num certo sentido, pode-se dizer que a decisão acerca do caráter normativo ou descritivo da lógica decidirá também acerca de sua autonomia. Porém, apesar de ter dito o contrário, sua lógica abarca, de fato, somente uma das perspectivas acima: a lógica como arte.

Ele definiu a lógica como *arte* e *ciência*, mas, durante o desenvolvimento de seu conceito de lógica, de modo a expor mais detalhadamente sua função no conjunto das atividades humanas, a descrição dos processos psíquicos é esquecida. Se considerarmos uma outra definição mais precisa, oferecida por Mill, que caracteriza a lógica como *ciência da prova*¹⁰, veremos claramente que os processos psíquicos que seriam analisados pela, digamos assim, “parte científica” da lógica, não jogam nenhum papel relevante na derivação das verdades inferidas a partir das premissas. Eles pretendem explicar a gênese de tais princípios por meio de uma análise dos processos subjetivos. Mas uma explicação genética não pode substituir uma justificação lógica. Se as regras de inferência¹¹ – que em última análise decidem sobre a correção do raciocínio e sobre a validade da prova – são ou não obtidas a partir da consideração de processos psíquicos, este é um problema de outra ordem, que diz respeito, na melhor das hipóteses, à epistemologia da lógica. Porém, uma vez estabelecidas essas regras, sejam elas consideradas como princípios universais da razão, sejam esquemas ou abreviações de processos psíquicos obtidos por observação e indução, o fato é que a Lógica não serve a uma “causa psicológica” e sim à justificação objetiva das verdades inferidas.

O que deve ficar claro na presente seção é a incompatibilidade existente entre a lógica entendida enquanto análise de processos mentais e a lógica entendida enquanto relacionada à justificação dos raciocínios. Como Frege foi capaz de ver com toda clareza¹², causas psíquicas estão envolvidas tanto na realização de raciocínios corretos, quanto incorretos, tanto no estabelecimento de verdades, quanto de falsidades. Portanto, essas

¹⁰ Ver nota de rodapé número 3.

¹¹ Certamente, não devemos entender aqui por “regra de inferência” princípios racionais objetivos, mas tão somente, esquemas obtidos por observação e indução.

¹² Ver Frege (1967, p. 342-345).

causas não devem guardar nenhuma relação com aquilo que pode justificar a validade ou correção¹³ de uma inferência. É interessante notarmos que Mill enxergou isso, pois fez questão de salientar a distinção entre causas psíquicas e justificação de inferências. Pecou, entretanto, ao defender que a análise das causas psíquicas está também sob a égide da lógica. No entanto, apesar de ter afirmado isso explicitamente, Mill preocupou-se exclusivamente com a justificação dos raciocínios, pois não há outra maneira de compreendermos a tese de que a lógica é a ciência da prova. Mill, com isso, certamente, está estabelecendo uma importante distinção que será de grande valia para os esforços antipsicologista que marcará grande parte das discussões acerca da natureza da lógica nas décadas seguintes.

LÓGICA E LINGUAGEM

Definida a lógica como ciência da prova, Mill estabelece a necessidade de voltar-se prioritariamente para a linguagem em sua edificação. Deve estar incluída na ciência da lógica também uma dimensão semântica, capaz de dar conta tanto da significação dos termos, quanto da contribuição que o significado dos termos fornece ao estabelecimento do sentido proposicional¹⁴ (MILL, 1886). Isso, no entanto, em nada contraria a definição da lógica como ciência e arte do raciocínio: se a lógica busca conhecer os procedimentos mentais envolvidos nos raciocínios e, a partir deles, ser uma disciplina normativa capaz de balizar a conduta argumentativa dos sujeitos na busca da verdade (daquelas verdades derivadas), e se tudo aquilo que pode ser dito verdadeiro ou falso deve necessariamente assumir a forma de uma proposição, a análise semântica da linguagem e o estabelecimento da maneira como os termos se articulam na constituição do sentido proposicional não deve ser encarada senão como preliminares fundamentais da arte do raciocínio. Por esse motivo, o primeiro capítulo do Livro I do *System of logic* é dedicado aos nomes e às proposições.

¹³ Falo em *validade* ou *correção* de um raciocínio, porque a expressão “validade” é associada comumente aos raciocínios dedutivos. E, como se sabe, Mill está interessado também nas inferências indutivas.

¹⁴ “But there is another reason, of still more fundamental nature, why the import of words should be the earliest subject of the logician’s consideration: because without it he cannot examine into the import of Propositions. Now this is a subject which stands on the very threshold of the science of logic” (MILL, 1886, p. 11).

A primeira seção do Capítulo I é destinada a justificar o motivo pelo qual Mill inicia seu *System of logic* a partir de uma análise da linguagem:

A Lógica é uma parte da arte do pensar; a linguagem, de acordo com o testemunho de todos os filósofos é, evidentemente, um dos principais instrumentos úteis ao pensamento [...]. Um espírito que, sem estar previamente instruído sobre a justificação e o justo emprego das diversas classes de palavras, empreendesse o estudo dos métodos de filosofar, seria como aquele que quisesse chegar a ser observador em astronomia sem ter aprendido a acomodar a distância focal dos instrumentos de ótica para ver nitidamente [...]. (MILL, 1886, p. 11)¹⁵.

Está claro, nesta passagem, que Mill comunga da concepção de que o pensamento é uma atividade eminentemente simbólica, que necessita da “mediação” da linguagem para se realizar. Em Locke, por exemplo, o universo do pensamento se realiza num contexto fundamentalmente extralinguístico. A linguagem tem por função somente comunicar pensamentos e não propriamente ser um “instrumento do pensamento”. Locke iniciou seu *Essay* falando das ideias – e, portando, sobre o que está envolvido no ato de pensar; somente depois trata da linguagem, determinando seu caráter utilitário e sua necessidade social. Mill, por seu turno, inicia sua grande obra pela análise da linguagem, e só depois abordará o raciocínio. Porque, se a lógica se pretende ciência e arte do raciocínio – este entendido eminentemente como manifestação do pensamento – e se a linguagem é um instrumento útil ao pensamento – ou seja: pensar só é possível simbolicamente, ou seja, na linguagem - então um tratado de Lógica deve ser iniciado por uma análise da linguagem.

De acordo com o que podemos ler na passagem acima, uma coisa importante deve ser salientada: se Mill está reivindicando a necessidade instrumental da linguagem no ato do pensamento, certamente ele não pode estar entendendo por *pensamento* coisas como apreensão, relação ou associação de ideias, de imagens mentais. A maneira como Mill entende qual deve ser o papel da linguagem, enquanto instrumento útil ao pensamento, demonstra

¹⁵ “Logic is a portion of de Art of Thinking: Language is evidently, and by the admission of all philosophers, one of the principal instruments or helps of thought [...]. For a mind not previously versed in the meaning and right use of various kinds of words, to attempt the study of methods of philosophizing, would be as if some one should attempt to become an astronomical observer, having never learned to adjust the focal distance on his optical instruments as to see distinctly” (MILL, 1886, p. 1).

que ele tem em mente, quando fala em pensamento, algo relacionado de forma direta ao raciocínio, à derivação de verdades a partir de outras verdades e à própria enunciação de verdades por meio da proposição. Não precisamos absolutamente da linguagem para formar ideias que se apresentem na forma de imagens mentais, nem para refletirmos sobre essas ideias para criar outras mais complexas; precisamos da linguagem para a enunciação proposicional. Portanto, precisamos da linguagem para exercer uma atividade que tem característica lógico-veritativa, que repousa na derivação de verdades inferidas a partir de verdades dadas, e não, como ocorre no caso do nominalismo psicologizante de Locke, simplesmente para comunicar o conteúdo de nossa vida psicológica, que por ser insensível, necessita da mediação simbólica da linguagem para ser transmitida aos outros sujeitos. Em suma, precisamos conhecer os mecanismos semânticos da linguagem para sabermos como os nomes significam e, a partir disso, verificarmos como se constitui a unidade do sentido proposicional. Uma vez, pois, que é o sentido proposicional o “objeto da crença” – ou seja, o *portador da verdade* – a análise da linguagem, no universo do sistema de lógica deve possuir essa característica: fundamentar aquilo que, em última análise, é o elemento lógico prioritário, o portador da verdade, a saber, o *sentido proposicional*.

Ao voltar-se para a linguagem, Mill retorna a um estágio, digamos assim, *pré-moderno*. A preocupação milliana com a linguagem e, mais especificamente, com uma teoria do significado capaz de estabelecer a relação direta entre nomes e coisas sem referência às condições subjetivas envolvidas nos processos cognitivos, demonstra que Mill promove, num certo sentido, um retorno aos escolásticos¹⁶ (MILL, 1886). Aquele

¹⁶ Algumas passagens importantes do *System of logic* demonstram a postura milliana de “retorno aos escolásticos”. Ao mesmo tempo em que critica o subjetivismo típico dos modernos, Mill várias vezes reivindica uma herança medieval para muitos dos conceitos dos quais se serve, e sempre com relação a conceitos referentes à linguagem; por exemplo: “The same abstinence from details could not be observed in the First Book, on Names and Propositions; because many useful principles and distinctions which were contained in the old logic, have been gradually omitted from the writings of its later teacher; and it appeared desirable both to revive these, and to reform and rationalize the philosophical foundations on which they stood. The earlier chapters of this preliminary Book will consequently appear, to some readers, needlessly elementary and scholastic. But those who know in what darkness the nature of our knowledge, and of the processes by which it is obtained, is often involved by a confused apprehension of the import of the different classes of Words and Assertions, will not regard these discussions as either frivolous, or irrelevant to the topics considered in the later Books” (Prefaces). Ou: “But Reasoning, even in the widest sense of which the word is susceptible, does not seem to comprehend all that is included, either in the best, or even in the most current, conception of the scope and province of de our science. The employment of the word Logic to denote the theory of Argumentation, is derived from the Aristotelian, or, as they commonly termed, the scholastic, logicians” (Introduction, 3). Ou ainda: “I use words

empirismo psicologizante e idealista típico dos britânicos modernos assumirá em Mill o aspecto de um empirismo semântico e realista. Se concordarmos com Dummet¹⁷ (1996) que o marco do advento da filosofia contemporânea foi uma espécie de retorno a Aristóteles e aos escolásticos, na medida em que se coloca a lógica como prioritária com relação à epistemologia, contradizendo, assim, todo o espírito idealista e subjetivista – comum, em suas diversas manifestações, à Descartes e Berkeley, a Locke e Kant – então, talvez, seja Mill, e não propriamente Frege, como acredita Dummet, o iniciador desse processo. E isso por dois motivos: primeiramente, por ter escrito como sua obra fundamental e prioritária do ponto de vista sistemático, um tratado de lógica, e não de epistemologia; em segundo lugar, por ter iniciado e fundamentado seu tratado de lógica a partir da semântica, e não da psicologia. A lógica é prioritária com relação a todas as outras ciências¹⁸ e a semântica é prioritária com relação à própria lógica (MILL, 1886). Mill assume, assim, um ponto de vista que coloca os problemas filosóficos prioritários a partir da pergunta elementar da relação entre os nomes e as coisas. Boa parte das discussões que empreenderá no Livro I de sua grande obra estará voltada à querela entre realismo, nominalismo ou conceitualismo¹⁹, problemas esses que estão relacionados de forma mais íntima com as discussões medievais do que com as modernas (MILL, 1886). É, pois, importante ter clara a conexão

concrete and abstract in the sense annexed to them by the schoolmen, who, notwithstanding the imperfections of their philosophy, were unrivalled in the construction of technical language, and whose definitions, in logic at least, though they never went more than in a little way into the subject, have seldom, I think, been altered but to be spoiled" (MILL, 1886, p.18).

¹⁷ "From the time of Descartes until very recently the first question for philosophy was what we can know and we can justify our claim to this knowledge, and the fundamental philosophical problem was how far scepticism can be refuted and how far it must be admitted. Frege was the first philosopher after Descartes totally to reject this perspective, and in this respect he looked beyond Descartes to Aristotle and the Scholastics. For Frege, as for them, logic was the beginning of philosophy; if we do not get logic right we shall get nothing else right. Epistemology, on the other hand, is not prior and any other branch of philosophy; we can get on with philosophy of mathematics, philosophy of science, metaphysics, or whatever interests us without first having undertaken any epistemological enquiry at all. It is the shift of perspective, more than any thing else, which constitutes the principal contrast between contemporary philosophy and its forebears, and from this point of view the was the first modern philosopher. (DUMMETT, 1996, p. 89)

¹⁸ "By far the greatest portion of our knowledge, whether of general truths of particular facts, being avowedly matter of inference, nearly the whole, not only of science, but of human conduct, is amenable to the authority of logic" (MILL, 1886, p. 5).

¹⁹ Conceitualismo é uma espécie de nominalismo no qual, entretanto, os nomes são nomes de ideias e não das coisas mesmas: "A third doctrine arose, which endeavored to steer between the two (nominalism and realism). According to this, which is know by the name of conceptualism, generality is not an attribute solely of names, but also of thoughts" (MILL, 1979, p. XXVII).

existente entre o suposto retorno aos medievais e às suas discussões que visavam à relação entre nomes e coisas, com a filosofia entendida como análise lógica da linguagem. E, se essa hipótese é verdadeira, então talvez deveríamos, ao menos o partir deste ponto de vista específico, entender a filosofia moderna e seu espírito epistemológico e subjetivista como uma espécie de hiato. Para ir adiante foi necessário dar um passo atrás; para avançar à contemporaneidade foi necessário, em certo sentido, retornar aos medievais. E sua preocupação prioritária com a linguagem fez com que Mill, certamente, desse tal passo.

REFERÊNCIAS

- DUMMETT, M. *Truth and others enigmas*. Harvard University Press, 1996.
- FREGE, G. *Kleine Schriften*. Hildenshein: Georg Olms Verlagsbuchhandlung, 1967.
- MILL, J. S. *System of logic: ratiotianative and inductive*. People's Editions, London, 1886.
- _____. *An examination of Sir Willian Hamilton's philosophy*. Toronto: Routledge and University of Toronto Press, 1979.